

CAPÍTULO XII

O “ESTADO DA ARTE” DA PESCA MEDIEVAL: O CASO DA REGIÃO DE AVEIRO

O “ESTADO DA ARTE” DA PESCA MEDIEVAL: O CASO DA REGIÃO DE AVEIRO

Olegário Nelson Azevedo Pereira¹ & Maria Rosário Bastos²

RESUMO

A pesca tem sido apontada como uma das mais importantes atividades medievais e um dos pilares estruturantes da economia medieval Portuguesa. Os estudos respeitantes à investigação do tema, mormente os direcionados a áreas litorâneas, têm demonstrado a imensa representatividade desse labor. Tanto a montante, na captura do pescado, como a jusante, na preparação e comercialização do peixe, uma significativa parte da população tomava parte na exploração desse recurso natural, tendo na pesca a sua profissão ou especialização laboral. Outra coisa não seria de esperar, se levarmos em conta a compleição geográfica de Portugal, nomeadamente a sua ampla fachada atlântica. Tal situação geográfica contribuiria decididamente na importância desempenhada pela pesca marítima. Estas premissas, ao que acresce a formação do meio lagunar, são marcadamente notórias na região de Aveiro. O estudo que apresentámos configura o estado da arte respeitante à análise da atividade nesse espaço geográfico. Para tal objetivo, compulsámos diversas informações apresentadas em estudos referentes à matéria, confrontando-se as diferentes teses defendidas. Analisamos igualmente as fontes publicadas. Se por um lado, o contacto com as mesmas permitiu a confirmação de muitas das opiniões aventadas, por outro, possibilitou a contribuição no colmatar de algumas carências de informação, ou mesmo, no testar de algumas hipóteses.

Palavras-chave: Idade Média, pesca, Aveiro (Portugal)

ABSTRACT

Fishing has been identified as one of the most important activities and structural pillars of medieval Portuguese economy. Studies regarded to the investigation of the theme, particularly those associated to coastal areas, have shown this large representation. Both in capture or in trade, a significant part of the population took part in the exploitation of fish resources. As a result, fishing becomes their specialization labor. No other thing could be expected if we take into account the geographical situation of Portugal, with an ample Atlantic coastline. Such geographical situation, contribute decisively to the importance played by the sea fishing labor. These assumptions, adding the lagoon's formation, are markedly noticeable in Aveiro region. Our study sets the state of the art, concerning to the analysis of the activity in this geographical area, through the review of other authors opinions and the compilation of documental information from published sources. As a result we have confirmed many of the reviews suggested, but also, tested some hypotheses and filled some gaps.

Keywords: Middle Ages, fishing, Aveiro (Portugal)

INTRODUÇÃO

O sistema lagunar de Aveiro (Figura 1) ocupa uma área de aproximadamente 110 Km² e localiza-se entre as localidades de Espinho e Mira no NW de Portugal. O seu comprimento é de cerca de 40 Km e a sua largura máxima atinge os 8 Km no sector central.

¹ Mestre em História Medieval e do Renascimento, Universidade do Porto, F.L.U.P. olegario.pereira@hotmail.com

² Depto. de Ciências Sociais e de Gestão, Área de História, Universidade Aberta – Delegação do Porto - Portugal, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), Porto – Portugal Maria.Bastos@uab.pt

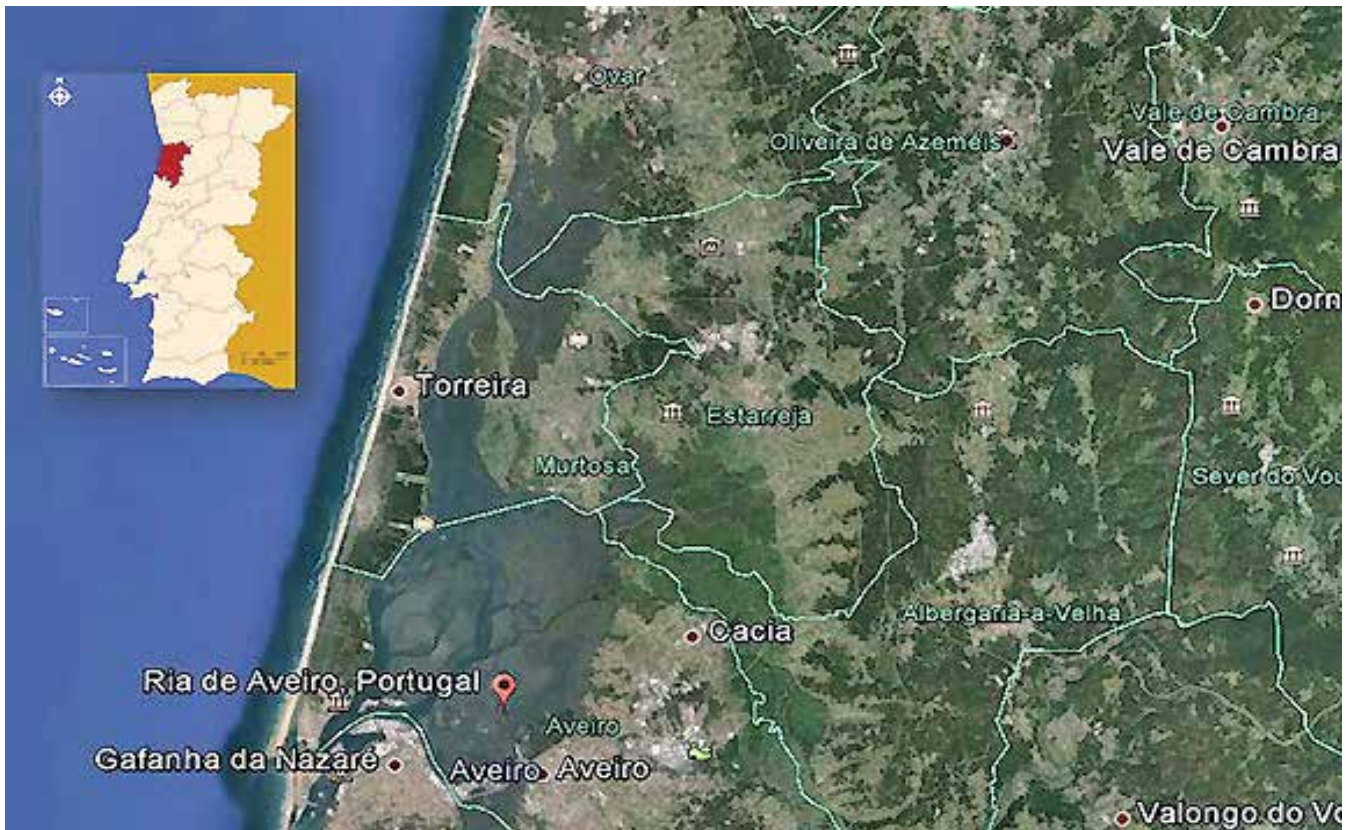


Figura 1: Localização atual do Distrito e da Laguna de Aveiro.

A região envolvente, resultado de dinâmicas políticas, demográficas, e mais tarde, das condições singulares decorrentes da formação do meio lagunar, permitiriam uma apreciável exploração do meio por parte das suas populações³. Na verdade, as potencialidades oferecidas pelos ambientes costeiros abrigados, que se encontravam em plena constituição, potencializariam a exploração de diversos recursos naturais. Tal situação, como se verá, surge após o crescimento duma restinga arenosa. Progressivamente, a partir de Espinho, foi crescendo para sul, confinando uma baía anteriormente existente na região e, conseqüentemente, formando a Laguna de Aveiro, cuja plena constituição apenas viria a ficar concluída no século XIX. Com tais modificações geomorfológicas manteve-se o contato de águas relativamente calmo concedido pela dita restinga⁴. Neste contexto, a exploração agrícola e do sal eram atividades importantes, no entanto, não o era menos a pesca. Este estudo debruça-se precisamente na análise desse sector.

Com efeito, o nosso principal objetivo é aferir qual o estado do conhecimento relativo ao mesmo. Nesse sentido, a metodologia aplicada obedecerá a duas fases distintas. Num primeiro momento, proceder-se-á à verificação e confrontação das diferentes hipóteses sugeridas pelos autores cujos estudos analisam essa questão. Num segundo momento far-se-á uma pesquisa em torno das fontes publicadas, por forma a testar as mesmas hipóteses e colmatar algumas lacunas de informação. Para tanto, compulsámos primeiro diplomas concernentes a aspetos das atividades marítimas, recolhendo dados do labor piscatório na área em estudo, nomeadamente nas coletâneas documentais *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua história, Monumenta Henricina e História Florestal, Aquícola e Cinegética*⁵. Seguiu-se uma pesquisa nas chancelarias régias publicadas para a cronologia em análise: D. Afonso IV, D. João I e D. Duarte⁶. Igualmente se analisou a chancelaria de D. Pedro I, como a sistematização cronológica

3 BASTOS; DIAS; 2012.

4 DIAS et al., 2012, pp. 220-225. Cf. BASTOS, 2006, pp. 59-135.

5 Respetivamente: MARQUES; 1988. DINIS (ed.); 1967 – 1969 – 1970 – 1971. NEVES (org.). 1980-1982.

6 MARQUES (org.); 1992. DIAS (org.). 2004-2005. DIAS (org.); 1998.

exigia, mas nela nada conseguimos apurar. Por último, compulsámos diplomas de âmbito regional recorrendo à coletânea documental *Milenário de Aveiro*⁷ e à mais recente publicação do *tombo da confraria dos pescadores e mareantes de Santa Maria de Sá*, fonte imprescindível para o estudo do grupo social⁸.

ESTADO DA ARTE

A análise da atividade piscatória em tempos medievos já foi ensaiada em diversos momentos. O primeiro trabalho de folgo referente a esse tema remonta a finais do século XVIII⁹. O seu autor, Constantino Lacerda Lobo, considerou o fomento da pesca durante a Idade Média devido ao interesse da coroa nos seus rendimentos. Afirmou que o seu apogeu se dera no século XVI, e o princípio do declínio a partir de então, devido à coroa ter apostado nas rotas do Índico e Atlântico em detrimento da atividade piscatória¹⁰. Esta tese vai sendo amiúde repetida por alguns autores¹¹, não obstante outros afirmem a necessidade premente de se estudar mais aprofundadamente o sector. Oliveira Marques, por exemplo, afiança essa premência, nomeadamente no que toca ao estudo do comércio de pescado¹². Sugere igualmente alguns tópicos referentes ao estudo da matéria, evidenciando a existência de diversas questões a colocar à documentação coeva¹³. Contudo, Gama Barros havia reconhecido a inexistência ou desconhecimento de documentação referente à pesca até ao século XV, parecendo tornar complicada a análise do sector¹⁴. Houve porém quem refutasse essa teoria, afirmando a proficuidade de documentação medieva concernente à atividade piscatória¹⁵. E na verdade,

desde então, já diversos estudos se lhe referem.

No caso da região em análise, a atividade piscatória mereceu algumas reflexões importantes. Podemos afirmar que o período cronologicamente mais recuado (séc. X a XIII) já tem estudos onde o tema é investigado¹⁶. Da mesma forma, alguns autores têm-se debruçado na sua observação para épocas posteriores do período medieval, aquando do estudo da cidade de Aveiro¹⁷ ou de áreas que atualmente se inserem no seu concelho¹⁸. Também algumas regiões, que pela proximidade geográfica de Aveiro merecem a nossa atenção, têm estudos onde o tema é investigado¹⁹. Com uma abrangência geográfica ou cronológica mais lata, outras análises não deixam de ser importantes contributos para uma melhor perceção da temática, ajudando-nos a compreender algumas das suas dinâmicas²⁰.

Grosso modo, as conclusões evidenciadas demonstram uma atividade transversal a toda a sociedade e com um considerável interesse. Por um lado, era economicamente rentável para a coroa que beneficiava de amplos rendimentos daí advindos²¹. Por outro, era igualmente importante para as ordens sociais menos favorecidas que tinham na pesca um meio de subsistência²². Junte-se ainda os direitos de ocupação senhorial sobre as áreas de pesca²³ e a importância do pescado na regulamentação canónica da Igreja²⁴ e compreendemos a transversalidade social a que atrás nos referíamos. Dúvidas existissem, e seriam esbatidas ao se perceber a necessidade da exportação de peixe em troca de importação de cereais, revelação da importância do produto na balança comercial portuguesa²⁵. Se somarmos a estas evidências, as condições geográficas

7 MADAHIL (org.); 1959.

8 FERREIRA; 2009.

9 Cf. LOBO; 1991, pp. 197-240.

10 AMORIM; 2004, p. 155

11 SOEIRO, LOURIDO; 1999, p. 30

12 MARQUES; 1987, p. 169, nota 3

13 Por exemplo, quais as diferenças numéricas entre a pesca contemporânea e aquela que era efetuada em tempos medievais? Quais os motivos dos pescadores portugueses demandarem a águas territoriais estrangeiras? Qual a vulgaridade piscícola nos rios e zonas marítimas portuguesas? Quais as técnicas utilizadas na pesca? Que aproveitamento se retirava dos derivados do peixe? Em que consistiam as formas de exploração: quem possuía os barcos, quem financiava os empreendimentos? Qual a oneração da tributação sobre o produto pescado e o seu rendimento? MARQUES; 1980, pp. 30-31.

15 CUNHA; 1972, p. 8.

16 BASTOS; 2006, pp. 194-201. FERREIRA; 2008, pp. 159-161.

17 SILVA; 1991, pp. 104-107.

18 SILVA; 1994, pp. 133-135.

19 OLIVEIRA; 1967. MATTOSO et al; 1989. COELHO; 1983.

20 BARATA; 1998. BARROS; 1949. CUNHA; 1972. GODINHO; 1983. MADUREIRA (coord.), AMORIM (org.); 2001. MARREIROS; 1996. SAMPAIO; 1979. SILVA; 2008.

21 OLIVEIRA; 1967. MATTOSO et al; 1989. COELHO; 1983.

22 BARROS; 1949, p. 39. MARQUES; 1981, p. 9. CORTESÃO; 1978, p. 25.

23 BARROS; 1949, pp. 42-47, 83-86, 90-92.

24 MARQUES; 1981, p. 9. Idem; 1987, pp. 464-465. SERRÃO; 1977, p. 208. SILVA; 1991, p. 106 e 158.

25 AMORIM; 2009, p. 254.

da costa portuguesa de então, com mais reentrâncias, lagoas e portos, oferecendo ambientes protegidos facilitando a captura de pescado²⁶ e o facto de a partir do século XIV se observar o interesse de parcerias ou sociedades estrangeiras na exploração de pescarias²⁷, afigura-se-nos ter existido uma crescente exploração do recurso ao longo dos tempos medievos. Independentemente da análise de produtividade por vezes não encontrar eco²⁸, a exportação de pescado no século XV revela uma pujante condição das pescarias²⁹, especialmente no Norte do reino português³⁰. Ora todas estas circunstâncias, traduzem a exploração dos recursos piscícolas marítimos num forte catalisador de fixação populacional, sendo que a população dedicada à pesca, teria nessa labuta a sua profissão ou uma das principais atividades³¹.

CONDIÇÕES GEOMORFOLÓGICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA EXPLORAÇÃO PISCATÓRIA NA REGIÃO DE AVEIRO

Devido às variações do clima, dos níveis do mar, do balanço sedimentar e da neotectónica, aliando-se os fatores antrópicos³², o traçado costeiro medieval apresentava-se com uma configuração diferente da atual³³. Não obstante se deva ter em atenção as limitações de tais fontes para a análise desta questão³⁴, Jaime Cortesão já havia realçado essa diferença, ao denotar que nas cartas de marear coevas a costa era mais articulada³⁵. Essa alteração costeira é marcadamente notória na região do baixo Vouga lagunar³⁶. O aporte de sedimentos provindos essencialmente do leito duriense³⁷, a erosão das rochas litorais³⁸ e o aumento da intensidade agrícola³⁹, contribuíram para o desenvolvimento de uma restinga arenosa que partindo de Espinho se espalhou para

Sul, isolando zonas anteriormente confinantes com o Atlântico. Acresceram assim aos fatores naturais, fatores antrópicos, contributos essenciais para a formação da laguna de Aveiro⁴⁰. Por forma a realizar uma análise coerente dessa evolução costeira, vários autores se foram socorrendo de uma análise interdisciplinar ao observar as questões de geologia e geomorfologia, consolidando-as através de dados arqueológicos e informações históricas⁴¹.

Ora, o crescimento da restinga (Figura 2) é-nos anunciado pela documentação medieval, podendo-se acompanhá-lo com segurança a partir do século IX, altura em que a lagoa de Ovil já se encontraria formada. No século seguinte, a documentação referencia um porto marítimo na localidade de Ovar e marinhas de sal em Válega, confirmando a situação evolutiva da restinga arenosa. A exploração salinífera e a existência de um mar pressupõe a presença de águas marinhas e, simultaneamente, um ambiente abrigado da ação direta do Oceano⁴². Essa situação ter-se-á mantido no século XI. A restinga terá permanecido a norte de Ovar, pois os diplomas coevos mencionam as localidades de Cabanões e Vilar localizadas junto do mar. A partir desta altura tem início o assoreamento do golfo onde se implementará a laguna de Aveiro, perceptível através da formação de ilhas.

No século XII localizar-se-ia na zona da Torreira, onde permanecerá ao longo da centúria seguinte. A intensa exploração de sal observável para tal cronologia na região costeira entre Ovar e Vagos, sustentam a hipótese do cordão arenoso se situar nessa localidade, oferecendo a proteção do impacto direto do oceano, indispensável a essa exploração⁴³.

26 CUNHA; 1972, p. 5. CORTESÃO; 1978, p. 73. GODINHO; 1983, p. 122.

27 MARQUES; 1987, p. 112. 28 Idem, p. 109.

29 BARATA; 1998, pp. 107-109, 118-120.

30 SERRÃO; 1978, pp. 274-275. MARQUES; 1987, pp. 167, 169.

31 MARREIROS; 1996, p. 443. SAMPAIO; 1979, pp. 60-73. Não obstante se deva ter reservas quanto a esta ideia de fixação populacional. Em Aveiro era natural que tal acontecesse pois, como se verá, o crescimento da restinga arenosa e a formação da Laguna proporcionariam as condições de litoral abrigado: BASTOS; 2006, pp. 140-142. No entanto, noutras regiões, esse cenário de fixação populacional em zonas costeiras só foi possível na época contemporânea. Mesmo na própria restinga ou a Norte dela, nomeadamente entre Ovar e Espinho, a ocupação dos litorais era sazonal: Cf. OLIVEIRA; 1967, pp. 170-171. LAMY, RODRIGUES; 2000, p. 11. FREITAS; 2011, pp. 53-60.

32 ARAÚJO; 2002, pp. 79-80.

33 MARTINS, 1947, pp. 6-7.

34 SILVA; 1991, p. 19. SILVA; 1994, p. 27.

35 CORTESÃO; 1978, pp. 60-61.

36 BASTOS; DIAS; 2002, p. 114.

37 ARAÚJO; 2002, pp. 77-79.

38 SILVA; 1994, p. 30.

39 PINTO; 2008, p. 29.

40 BASTOS; DIAS; 2002, pp. 118-220. BASTOS; DIAS; 2012.

41 DIAS et al; 2012, p. 219.

42 OLIVEIRA, 1967, p. 60 BASTOS; 2006, pp. 35-39.

43 BASTOS; 2006, pp. 41- 42, 143-144.

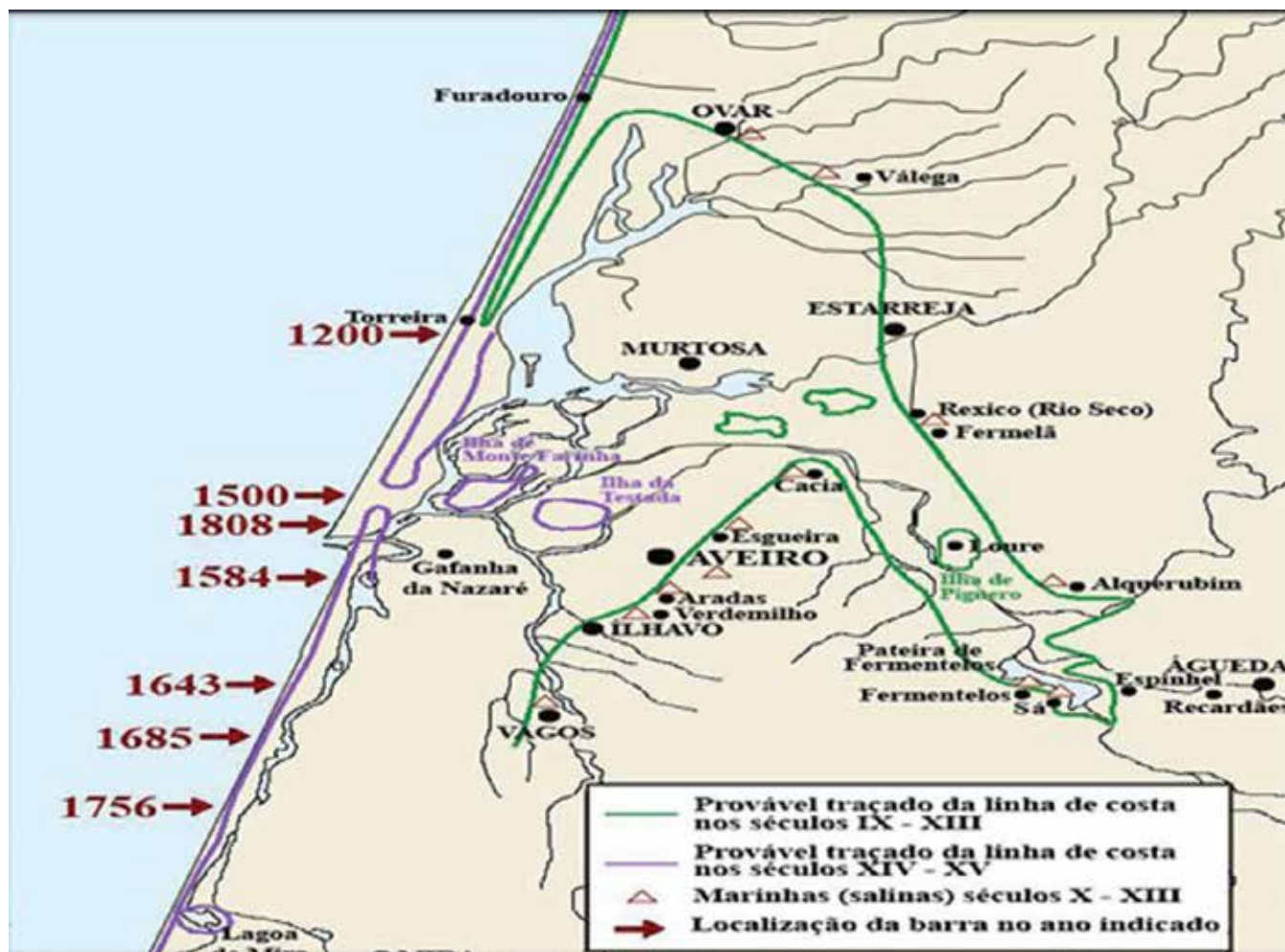


Figura 2: Aproximação ao traçado da linha de costa da laguna de Aveiro: sécs. IX a XVIII, BASTOS, 2009, p. 28. Disponível: <http://hdl.handle.net/10400.2/781> (Consultado: Abril, 2013).

A documentação coeva, demonstra que os proveitos auferidos do sal se revelavam mais apetecíveis aos senhorios que os provindos da pesca, pois, ao longo da centúria de duzentos, são mais representativos os incentivos senhoriais a essa exploração do que à faina piscatória⁴⁴. Situação análoga ocorria em Cabanões (Ovar), onde a coroa reduz a tributação ao pescado para, em contrapartida, auferir de rendimentos provindos da exploração de sal⁴⁵. Tudo converge para se depreender que na região a produção salinífera começa a ganhar relevo devido à restinga em evolução, sendo mais apetecível a sua tributação, em detrimento da auferida através da pesca.

As investigações sobre a *indústria* piscatória na região

Aveirense, referentes a estas cronologias mais recuadas (séc. X a XIII), ressaltam a exiguidade de informações respeitantes à atividade. Por esse motivo, Maria Rosário Bastos aglutinou na sua investigação doutoral as questões atinentes à pesca e aos portos da região⁴⁶. A mesma escassez de dados foi apontada por Delfim Bismark Ferreira, após ter detetado nos diplomas coevos, somente cinco referências à atividade ou às suas técnicas. No entanto, o autor afirma o importante papel representado pela pesca em tempos medievos, defendendo que revelar-se-ia mais profícua nos cursos fluviais do que no espaço marítimo⁴⁷. De qualquer modo, a par do sal, a coroa interessava-se sobremaneira pela pesca marítima, pois o erário régio, apesar de retirar proveitos da captura de peixes de rios e

44 FERREIRA, 2008; p. 159.

45 MATTOSO et al; 1989, pp. 89-90.

46 BASTOS; 2006, p. 185.

47 FERREIRA; 2008, pp. 160-161.

lagunas, também defendia para si os proveitos piscícolas provindos do mar (até porque eram mais valiosos). Esta constatação levou Maria Rosário Bastos a ressaltar a importância acrescida da pesca marítima em relação à fluvial, não obstante tivesse reconhecido igualmente a importância do pescado de água doce⁴⁸. O mesmo interesse na pesca marítima por parte da coroa, também se avalia a Norte de Aveiro, nomeadamente em Vila Nova de Gaia, onde o monarca auferia de rendas mais elevadas relativamente ao pescado de mar que ao pescado de água doce, e em Cabanões (Ovar), onde o produto pescado marítimo comportava uma tributação régia mais elevada do que na localidade anteriormente referida⁴⁹. Situação semelhante se verifica a Sul do Vouga, na região do baixo Mondego, onde a pesca marítima era mais rentável que a fluvial⁵⁰. De qualquer modo, apesar de se evidenciar a antiguidade do labor piscatório na região, embora pouco representativo⁵¹, seria como vimos, uma prática complementar às atividades agrícola e principalmente salinífera⁵².

O dinamismo económico em torno da exploração do sal atinge a sua plenitude no século XIII, tornando Aveiro um importante centro de abastecimento dos mercados europeus⁵³. Contudo, não obstante a sua importância, a evolução da alteração do traçado costeiro levaria à perda de expressividade da salicultura. A transmutação de litoral semi-confinado, propiciador das condições necessárias para a produção do sal, para um litoral fechado, impeditivo da chegada das águas marítimas às salinas em laboração, é determinante para tal desfecho⁵⁴. No entanto, tal situação não significou o definhamento da região. Antes traduziu um crescendo de importância no que concerne às características que o seu porto marítimo passou a oferecer⁵⁵, favorecendo, a par da formação dos canais, a potencialização da atividade piscatória na região. A partir de então, a pesca começa a desempenhar uma atividade mais representativa, situação que se inicia a partir de finais do século XIII⁵⁶.

SÉCULOS XIV E XV: CONSOLIDAÇÃO DA ATIVIDADE

ASPETOS GERAIS

O século XIII marca decididamente uma mudança paradigmática da importância da atividade em análise, a qual se desenvolve e consolida, mercê das modificações do meio. Assevera-nos, desde logo, uma fonte referente ao século XV, que revela a existência de uma confraria cuja fundação remontaria ao período entre 1275 e 1325⁵⁷. Ora, o aparecimento de uma confraria de pescadores na área em questão nos finais do século XIII a inícios de XIV, fundamenta um paulatino desenvolvimento da pesca, observando-se naturalmente um aumento do número de pessoas associadas à faina. Uma considerável parte da população da vila de Aveiro (e, possivelmente, do seu entorno) ligava-se assim à exploração dos recursos marinhos. Prova disso é o facto de no ano de 1500, o número de confrades, pescadores e mareantes, ascender a 400 homens⁵⁸. Não obstante se revele que no início do século XIV a confraria passara por momentos económicos adversos, a verdade é que na centúria seguinte já ampliara a sua influência⁵⁹.

Em síntese, através da análise efetuada, entendemos, que na segunda metade do século XIV, a pesca já seria uma atividade que representaria altos rendimentos.

Estes factos levam a crer que as águas marítimas que bordejavam a linha costeira de Aveiro seriam bastante rentáveis no que respeita à exploração do pescado e as alterações costeiras providenciaram condições singulares para o desenvolvimento da faina marítima. Assim se percebe que em Aveiro os réditos provindos da pesca apareçam outorgados a elementos da família real ou da aristocracia, demonstrando o quão proveitoso seriam⁶⁰. Aliás, a mesma situação acontece em Buarcos, a Sul da região em análise, onde existem doações a membros da aristocracia⁶¹. Havia consciência da riqueza provinda dos direitos da vila para o

48 BASTOS; 2006, pp. 195-196, p. 200.

49 MATTOSO et al, 1989, pp 88-90.

50 COELHO; 1983, p. 267.

51 SILVA; 1991, p. 104.

52 BASTOS; 2006, p. 186.

53 RAU, 1984; BASTOS; 2006, p. 156.

54 BASTOS; DIAS; 2002, pp. 119-120.

55 SILVA; 1991, p. 20. SILVA; 1994, pp. 30-31.

56 BASTOS; DIAS; 2002, p. 119. 57 Idem; pp. 162-165. FERREIRA; 2009, pp. 15-26 e 61-66.

57 FERREIRA; 2009, p. 159.

58 SILVA, 1991, p. 162.

59 Idem; pp. 162-165. FERREIRA; 2009, pp. 15-26 e 61-66.

60 MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. LXXI, p. 135. Idem, Vol. I, doc. LXXII, p. 137. DIAS (org.); 2004, Vol. I – T. 1, doc. 56, p. 38. Idem; 2005, Vol. I – T. 3, doc. 1147, pp. 105-106. MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. LXXV, pp. 142-143.

61 DIAS (org.); 2004, Vol. I – T. 1, doc. 21, p. 20. Idem, Vol. I – T. 1, doc. 205, pp. 103-105.

erário régio, nomeadamente através dos réditos das pescarias. Por tal motivo, D. Afonso V, reserva para a coroa os direitos sobre o pescado⁶². Mais tarde, em 1485, a rentabilidade de tais direitos continua a confirmar-se pois são concedidos à Infanta D. Joana pelo seu irmão, o monarca D. João II, especificando que o fazia pois a Infanta não tinha fazenda para seu mantimento⁶³. Acresce ainda ao potencial produtivo da pesca, a comercialização do peixe capturado, produto bastante rentável⁶⁴.

A documentação coeva demonstra numerosos incentivos régios à atividade e aos seus atores, confirmando o seu interesse nos réditos que daí advinham. Senão veja-se a título exemplificativo o sucedido em 1393, quando a coroa isentou os pescadores do pagamento de almoçaria ao concelho de Aveiro⁶⁵. O concelho consciente da produtividade piscatória reclamava o pagamento de almoçaria sobre o pescado capturado pelos pescadores e arrais, chegando a D. João I uma contenda entre estes e a edilidade da qual os pescadores saíam vencedores. Vê-se que existiria já uma estrutura concelhia organizada⁶⁶, porém, não alcança o intento da cobrança. Ao longo da centúria de quatrocentos, os pescadores e arrais da vila, conseguiram através da coroa a manutenção deste privilégio, anunciando proteção do poder régio relativamente aos que se dedicavam à faina piscatória, confirmando a especialização do setor. Desse modo, D. Afonso V salvaguardaria para os pescadores e arrais os direitos granjeados⁶⁷, fazendo-o igualmente, já em finais do século XV, o monarca D. João II⁶⁸. Outros privilégios confirmam o interesse da coroa em manter a produtividade elevada e fixar os pescadores na sua função. São assim isentos de transportar o dinheiro do monarca⁶⁹ e isentos de servir como besteiros do conto⁷⁰. Todos os privilégios elencados seriam confirmados por carta régia a 16 de Janeiro de 1434 por D. Duarte⁷¹, voltando-o a ser por D. João II, já no final da mesma centúria⁷².

Tudo isto revela o crescendo da importância

económica do sector e a sua conseqüente consolidação, facto do qual a coroa não estava arredada. O comércio do pescado era bastante rentável. Para além da venda para os habitantes ou terras vizinhas, Aveiro seria um dos pontos de abastecimento para locais como Viseu, Lamego, Porto e Galiza⁷³. Pescadores galegos dirigem-se a Aveiro para realizar faina piscatória, demonstrando que a atividade era preponderante e as águas da região suficientemente produtivas ao ponto de se deslocarem para essa zona. A sua estância na vila devia ser uma realidade, senão não parece fazer sentido a sua inclusão no apuramento das vintenas do mar⁷⁴. Em 1417 fala-se da estadia de estrangeiros na vila durante o Verão e em 1481 pede-se ao monarca que lhes consinta a eleição de um procurador⁷⁵, confirmação da existência de mão-de-obra estrangeira. De qualquer forma, só no século XVI se lhes documenta um bairro designado, não obstante nas anteriores estadias sazonais, tivessem uma zona habitacional que lhes era destinada⁷⁶.

Em meados do século XV, a coroa evitando a redução dos homens de Aveiro entregues à atividade piscatória, obrigaria aos que deixassem de pescar para se tornarem mareantes a servir nas obras dos muros (muralhas) o dobro do tempo⁷⁷. Estaria o comércio marítimo a retirar homens do labor piscatório, o que não seria desejável para a coroa e para o erário régio. Talvez o comércio de sal para a Galiza e Países Baixos, que cresce exponencialmente a partir do então, cativasse os pescadores⁷⁸.

De qualquer forma, já no final da centúria, afirmava-se que a maior parte dos moradores de Aveiro integravam os dois grupos socioprofissionais (pescadores e mareantes). Tal situação obrigava à ausência dos homens entregues à pesca ou ao comércio marítimo. Por esse motivo, em 30 de Dezembro de 1493, D. João II renova proibições impeditivas de fixação habitacional na Vila por parte das classes privilegiadas, o que demonstra o aumento da sua presença em Aveiro e a tentativa

62 SILVA; 1991, pp. 77-78.

63 MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. CXXXIII, p. 235. NEVES (org.) 1982, Vol. III, doc. 217, p. 79.

64 SILVA; 1991, pp. 127-128.

65 MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. LXXVI, pp. 144-145. FERREIRA; 2009, pp. 223-224.

66 SILVA; 1991, pp. 68 e 71-72.

67 MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. CV, p. 206. FERREIRA; 2009, p. 208.

68 MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. CXXXV, p. 238. FERREIRA; 2009, pp. 216-217; 229-230.

69 FERREIRA; 2009, pp. 230-236.

70 MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. LXXXIX, p. 177. FERREIRA; 2009, pp. 221-222.

71 DIAS (org.); 1998, Vol. I – T. 1, doc. 326, p. 188. MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. XCI, p. 178.

72 Idem, Vol. I, doc. LXXXVI, pp. 163-166. FERREIRA; 2009, pp. 225-228. 73 SILVA; 1991, p. 114 e 116.

74 MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. XCVIII, p. 191.

75 SILVA; 1991, pp. 124-125.

76 Idem, p. 150.

77 MARQUES; 1988, Vol. I, doc. 386, pp. 485-486. MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. CXIV, pp. 212-213.

78 SILVA; 1991, p. 124 e 129.

de cerceamento das suas intenções de ascensão social⁷⁹. Por esse motivo, pelo facto de haver tantos privilegiados, eram frequentes as queixas em cortes por parte da população pois não encontravam jurados para administrar as justiças⁸⁰. Além de apaniguados do rei, a vila tinha diversos privilegiados ligados à figura do Infante D. Henrique⁸¹. O Infante, como se sabe, explorava pescarias no reino⁸² e na costa Africana⁸³, detendo o exclusivo da pesca do coral⁸⁴. Não teria agraciado os seus homens com cargos na vila pelas suas características ligadas à pesca e à marinagem? Não o sabemos, uma vez que são escassas as informações relativas à nobreza de Aveiro⁸⁵.

Toda esta dinâmica piscatória e comercial é facilmente entendida se tivermos em conta que o peixe, a par do sal, serviria para suprir a necessidade da região de outros víveres, o que revela a importância de ambos os produtos ofertados pelo meio na sua balança comercial⁸⁶. Entende-se assim o interesse da coroa, aristocracia e concelho no controlo do produto piscícola, sendo constantes os privilégios outorgados e a confirmação dos

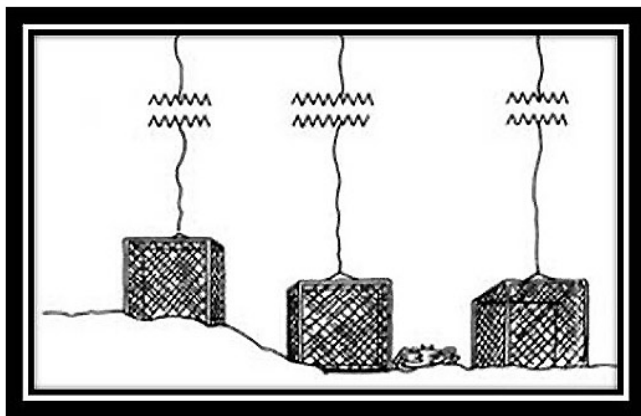


Figura 3: Armadilhas de pesca, Relatório do Programa de Engenharia *Oceânica* e Departamento de Engenharia Naval e *Oceânica* da UFRJ. Disponível: http://www.oceanica.ufrj.br/deno/prod_academico/relatorios/2008/Andre-Miguel/relat1/relatn.htm (Consultado: Junho, 2013).

mesmos, pela coroa aos pescadores, por forma a potenciar a atividade.

ASPETOS PARTICULARES

O desenvolvimento e consolidação da atividade piscatória a partir da centúria de trezentos demonstram-se não só pelos incentivos régios, mas, também, pelos diferentes tipos de especialização e hierarquização nos homens a ela dedicados⁸⁷. Por um lado, havia os que a realizavam através das embarcações utilizando redes, porventura mais especializados na pesca marítima, mas que aproveitavam as valências piscícolas nos canais lagunares fruto da alteração costeira (Figura 2). Por outro, os que lançavam covões com pedras⁸⁸ a partir da costa (Figura 3), causando um conflito de interesses, somente sanado através do monarca, que proibiria o lançamento de tal instrumento de pesca, pois os covões danificavam as redes das embarcações⁸⁹. Tudo leva a crer que muitos pescavam lançando os covões, pois os danos seriam recorrentes ao ponto do monarca estipular, para além de coima pecuniária, a detenção dos prevaricadores⁹⁰.

O século XV vem confirmar essa especialização, pois a diferenciação dos pescadores mantém-se num diploma relativo ao apuramento para as vintenas do mar⁹¹, onde nos aparece devidamente destrinchado os que pescavam nas barcas e os que lançavam covões a pé⁹², para além de se especificar as embarcações utilizadas - *enxaveguas* e *sardinheiras*⁹³. Este registo histórico informa o número de tripulantes, entre 14 a 16 homens⁹⁴, confirmando a hipótese de existência de embarcações de calado superior sugerida por outros autores⁹⁵. Mais ainda, através da especificação tipológica das embarcações, leva-nos a admitir a existência da prática da arte xávega e da captura da

79 MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. CXXXIX, pp. 242-243. Cf. SILVA; 1991, pp. 141-142.

80 DINIS (ed.); 1967, Vol. VIII, doc. 80, pp. 134-135. Idem, 1970, Vol. XI, doc. 42, p. 58. Idem, 1971, Vol. XII, doc. 176, pp. 352-353.

81 DINIS (ed.); 1970, Vol. XI, doc. 18, p. 28. Idem, Vol. XI, doc. 19, pp. 29-30. Idem, Vol. XI, doc. 200, pp. 274-275. Idem, Vol. XI, doc. 159, p. 222.

82 IRIA; 1988, pp. 227-228, 398-399.

83 GODINHO; 1983, vol. IV, pp. 129-134.

84 DINIS (ed.); 1969, Vol. X, doc. 112, pp. 170-172.

85 SILVA; 1991, pp. 141-142.

86 SILVA; 1991, p. 126.

87 SILVA; 1991, p. 148. MADUREIRA (coord.); AMORIM (org.); 2001, pp. 95-119.

88 Segundo Francisco Ribeiro da Silva, os covões são um cesto comprido de vimes, que da boca para dentro tem como que um funil de varinhas donde o peixe que por ela entre não pode sair: SILVA; 2008, p. 213.

89 Sobre os conflitos resultantes da simultânea utilização de técnicas fixas e flutuantes, armadilhas e arrastos vd. MADUREIRA (coord.); AMORIM (org.); 2001, pp. 64-65.

90 MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. LXXVII, pp. 145-146. MARQUES; 1988, Vol. I, doc. 187, pp. 202-203.

91 Vd. AMORIM; 2001, pp. 127-128.

92 MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. XCVIII, p. 191.

93 Idem, p. 189.

94 FERREIRA; 2009, p. 233.

95 SILVA; 1991, p. 106.

sardinha na região, na primeira metade do século XV (1443). Estas artes piscatórias, cujo primeiro registo a que tivemos acesso na documentação histórica se referia ao ano de 1501⁹⁶, parecem já se encontrar bastante sedimentadas no conhecimento coevo para serem enunciadas pelo apurador das vintenas do mar. Isto leva a crer que a sua introdução na região de Aveiro poderá remontar a tempos mais recuados⁹⁷.

Mas se não bastassem estes dados para confirmar cabalmente a especialização dos homens dedicados à pesca, veja-se que as espécies capturadas também indicam essa situação. Por entre as que são elencadas, podem-se observar espécies de *habitats* costeiros e de águas de média e alta profundidade. Elencam-se as seguintes espécies piscícolas⁹⁸: os cetáceos ou *cetacea*⁹⁹ e chicharros ou *trachurus trachurus*, cujo *habitat* se localiza em alto-mar¹⁰⁰, os robalos ou *dicentrarchus*, peixes de águas de média profundidade¹⁰¹, seguindo-se inúmeras espécies que têm o *habitat* junto da costa. O linguado, *solea senegalensis*¹⁰², a solha, *pleuronectes platessa*¹⁰³, o besugo, *pagellus acarne*¹⁰⁴, a siba ou *sepia officinalis*, nome pelo qual é denominado um molusco da família dos chocos¹⁰⁵, o salmonete ou *mullus surmuletus*¹⁰⁶ e os mугens ou tainhas, *chelon labrosus*¹⁰⁷, não obstante o documento destrinche posteriormente as duas espécies, definindo as tainhas como grandes e de mar¹⁰⁸.

Se os homens capturavam o produto, para a atividade contribuía também as suas mulheres, produzindo as redes de pesca. A 19 de Julho de 1418, o monarca outorga-lhes uma isenção para não escalarem o pescado real, dedicando-se assim a “*fiar o fiado para as redes*”¹⁰⁹. E a empresa era já suficientemente pujante e especializada, porquanto, entrosando-se no quotidiano da vila, proporcionava postos de trabalho. Havia mulheres assalariadas que escalavam, carregavam, salgavam e secavam o pescado no lugar das mulheres dos pescadores¹¹⁰. Tudo isto revela uma atividade

exponencial, parecendo ser em número elevado os que se dedicavam ao ofício. E essa dedicação à faina era extrema, pois um diploma enviado ao monarca indica que os pescadores, por serem pessoas simples e andarem continuamente na pesca, necessitavam de um procurador que os representasse nas demandas a si referentes¹¹¹. A atividade era, na região, o principal ofício destes homens, senão veja-se que já não era complemento à atividade agrícola nem salífera, mas antes, teria na agricultura o seu complemento económico¹¹².

CONCLUSÃO

O presente trabalho focou-se particularmente numa premissa: a elaboração do *estado da arte*, no que respeita às investigações referentes à pesca, na região de Aveiro em tempos medievos. No essencial apurámos que ficou confirmada a importância desempenhada pelo sector piscatório nessa área geográfica. O facto de termos recorrido à análise de fontes publicadas, permitiu por um lado a confirmação desse cenário e, por outro, o acrescento de algumas informações que julgámos pertinentes para mais seguramente se perceber as dinâmicas em torno da pesca. Na verdade, como se viu, de atividade pouco representativa, ou, ao menos, pouco documentada, até ao século XIII, a pesca torna-se um dos principais meios de subsistência da população da região de Aveiro, observando-se um crescendo no número de pessoas ligadas à captura do pescado e à sua comercialização. Tal situação só se tornaria possível devido às modificações geomorfológicas ocorridas nesse sector costeiro, nomeadamente através das condições singulares que a formação da laguna de Aveiro ofereceria às populações em termos de exploração de recursos ligados ao mar, salientando-se, já, a prática da arte xávega em meados do século XV. Paralelamente realce-se que se a produção de sal esmorece mercê da geodinâmica

96 Cf. BASTOS; DIAS. 2012, p. 246.

97 Os autores têm em preparação um estudo dedicado a esta questão.

98 A designação científica foi cotejada em FERREIRA; 2011.

99 MARQUES; 1988, Vol. I, doc. 63, pp. 64-65. MARQUES (org.); 1992, Vol. II, doc. 248, p. 378.

100 ALONSO; 1998, vol. II, p. 41.

101 MARQUES; 1987, p. 110.

102 Idem.

103 COSTA; MELO; 1981, p. 1329. FERREIRA; 2008, p. 160.

104 COSTA; MELO; 1981, p. 204.

105 MATTOSO et al; 1989, p.90.

106 ALONSO; 1998; vol. I, p. 50.

107 ALONSO; 1998, vol. II, p. 42.

108 MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. LXXXVI, pp. 163-166. FERREIRA; 2009, pp. 225-228.

109 FERREIRA; 2009, p. 215.

110 Idem.

111 MARQUES; 1988, Suplemento ao Vol. I, doc. 89, pp. 116-117. MADAHIL (org.); 1959, Vol. I, doc. LXXXVII, pp. 166-167.

112 Idem, Vol. I, doc. XCVIII, p. 191.

costeira atrás aludida (que levou ao paulatino e cíclico fechamento da barra natural e à consequente perda de condições de salubridade das águas lagunares) e, também, da concorrência de outros polos de salicultura situados paulatinamente mais a sul, a pesca, pelo contrário, entra em crescendo, representando elevados réditos e, por isso, tornando-se numa *indústria* cujos dividendos seriam intensamente esgrimidos. Consequentemente, o grupo dos pescadores aumenta a sua importância, formando-se mesmo uma confraria zeladora dos seus interesses. A constante outorga de privilégios régios a estes homens, o facto de saírem sempre vencedores das contendas com o concelho, do monarca lhes consentir um procurador, asseveram esta afirmação. Mais ainda, estes indivíduos especializam-se, algo que se denota através da utilização de utensílios de pesca diferentes consoante a labuta fosse exercida através da costa ou no mar, e consequentemente, das espécies de peixe capturadas com proveniência de diferentes *habitats*. A participação das mulheres no apoio logístico à empresa e a ocorrência de estrangeiros à região, também acabam por confirmar a viabilidade económica da pesca. Através do exposto, podemos afirmar que a pesca era uma das principais atividades desempenhadas pelas gentes de Aveiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES IMPRESSAS

- DIAS, J. J. A. (Org.). 1998. *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte (1433-1435)*. Vol. I, T. 1. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- DIAS, J. J. A. (Org.). 2004 - 2005. *Chancelarias Portuguesas: D. João I*. Vol. I, T. 1 (1384-1385), Vol. I, T. 3 (1384- 1388), Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- DINIS, A. J. D. (ed.). 1967 – 1969 – 1970 - 1971. *Monumenta Henricina*, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. enrique. Vols. VIII, X, XI, XII, Coimbra: Graf. Atlântida.
- FERREIRA, F. M. T. 2009. *O Tombo da Confraria dos pescadores e mareantes de Santa Maria de Sá*. Aveiro: Junta da Freguesia de Vera Cruz.
- MADAHIL, A. G. da R. (Org.). 1959. *Milenário de Aveiro: Colectânea de Documentos Históricos*. Vol. I (959-1516), Aveiro: Câmara Municipal

de Aveiro.

- MARQUES, A. H. O. (Org.). 1992. *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV (1336-1340)*. Vol. II, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- MARQUES, J. M. da S. 1988. *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*; Vol. I e Suplemento ao volume I (1147-1500); Lisboa: INIC.
- NEVES, C. M. B. (Org.). 1980-1982. *História Florestal, Aquícola e Cinegética — Colectânea de documentos da Torre do Tombo, Chancelarias Reais*. Vols. I, III Lisboa: Direcção-Geral das Florestas.
- Tacuinum Sanitatis*, Paris, BNF, Nouvelle acquisition latine 1673, fol. 78. Disponível: <http://ocw.unican.es/humanidades/historia-urbana-medieval/materiales/modulo-3/caza-y-pesca> (acedido: Junho, 2013).

ESTUDOS

- ALONSO, J. 1998. *Animais Aquáticos*. In: *Segredos da Natureza*. Vol. I, Vol. II, Madrid: S.A.E.P.A. 151p. 157p.
- AMORIM, I. 2001. A Organização dos Serviços de Pescas e da Aquacultura e as Iniciativas de Instrução Científico-técnica. *Revista Mare Liberum*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 21-22, p.123-135.
- AMORIM, I. 2004. A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal – entre a Ilustração e o Liberalismo. *Separata de Estudos em Homenagem a Luís António Oliveira Ramos*. Vol. I, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, p. 153-164.
- AMORIM, I. 2009. The Evolution of Portuguese Fisheries In The Medieval And Early Period: A Fiscal Approach. In: *Beyond the Catch: Fisheries of the North Atlantic, the North Sea and the Baltic, 900-1850*. Leiden: Brill, p. 246-279.
- ARAÚJO, M. da A. 2002. A Evolução do Litoral em Tempos Históricos: a contribuição da Geografia Física. In: *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna, p. 73-91.
- BARATA, F. T. 1998. *Navegação, comércio e relações políticas: Os Portugueses no Mediterrâneo*

- Ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. 603p.
- BARROS, H. da G. 1949. *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*. Tomo VI, 2ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 638p.
- BARROS, H. da G. 1950. *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*. Tomo IX, 2ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 554p.
- BASTOS, M. R. & DIAS, J. M. A. 2002. Uma representação do Litoral Português: o Baixo Vouga (séculos IX-XIV). In: *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna, p. 113-126.
- BASTOS, M. R. da C. 2006. *O Baixo Vouga em tempos medievos: do preâmbulo da monarquia aos finais do reinado de D. Dinis*. Tese (Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais, na especialidade de História). Universidade Aberta, Lisboa. 285p.
- BASTOS, M. R. 2009. No trilho do sal: Valorização da História da exploração das salinas no âmbito da gestão costeira da laguna de Aveiro. *Revista da Gestão costeira Integrada*, 3: 25-43. Disponível: <http://www.aprh.pt/rgci/revista9f3.html> (consultado: Abril, 2013).
- BASTOS, M. R. & DIAS, J. A. 2012. Um teste de resiliência nas relações homem-meio: o caso da restinga arenosa da laguna de Aveiro. In: RODRIGUES, M.A.C. ; PEREIRA S.D. & SANTOS, S. B. dos (Eds.) *Baía de Setúbal: Estado da Arte*. Rio de Janeiro: Ed. Corbã, pp. 239-250.
- COELHO, M. H. da C. 1983. *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*. Vol. I, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CORTESÃO, J. 1978. Os Factores Democráticos na Formação de Portugal. Vol. I: *História*. Lisboa: Livros Horizonte. 265p.
- COSTA, J. A. & MELO, A. S. e. 1981. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 5ª ed., Porto: Porto Editora. 1556p.
- CUNHA, R. B. da S. 1972. Subsídios para a conservação do peixe em Portugal do século XII ao XVI. *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XXIX, Coimbra: 1972.
- DIAS, J. A.; BASTOS, M. R.; BERNARDES, C.; FREITAS, J. G. & MARTINS, V. 2012. Interações Homem-Meio em zonas costeiras: O caso de Aveiro, Portugal. In: RODRIGUES, M.A.C.; PEREIRA S.D. & SANTOS, S. B. dos (Eds.) *Baía de Setúbal: Estado da Arte*. Rio de Janeiro: Ed. Corbã, p. 215-249.
- FERREIRA, D. B. 2008. *A Terra de Vouga nos Séculos IX a XIV, Território e Nobreza*. Aveiro: ADERAV. 392p.
- FERREIRA, V. 2011. *Guia de Campo. Fauna e Flora Marinha de Portugal*. Leça da Palmeira: Planeta Vivo. 265p.
- FREITAS, J. G. 2010. *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 421p.
- GODINHO, V. M. 1983. *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*. Vol. IV, 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença. 358p.
- IRIA, A. 1988. O Algarve e os Descobrimientos. In: *Descobrimientos Portugueses*. Vol. II, Tomo I, 2ª ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 399p.
- LAMY, A. ; RODRIGUES, A. 2000. *Furadouro uma terra com passado e com futuro*. Ed. Comissão de melhoramentos do Furadouro. 83p.
- LOBO, C. B. de L. 1991. Memórias sobre a decadência das Pescarias em Portugal. In: *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)*, vol. IV (1812), Lisboa, Banco de Portugal, p. 197-240.
- MADUREIRA, N. L. (coord.); AMORIM, I. (org.) 2001. *História do Trabalho e das Ocupações*. Vol. II: As pescas. Oeiras: Celta Editora. 261p.
- MARREIROS, M. R. F. 1996. Os proventos da terra e do mar. In: COELHO, M. H. da C. & HOMEM, A. L. de C. (Coord.) *Nova História de Portugal*. Vol. III: Portugal em Definição de Fronteiras do Condado Portucalense à Crise do Século XIV. Lisboa: Editorial Presença. p. 443 - 451.
- MARQUES, A. H. de Oliveira 1980. Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média. In: *Ensaio da História Medieval Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Vega. 236p.
- MARQUES, A. H. de Oliveira 1981. *A sociedade*

- medieval Portuguesa, Aspectos da vida quotidiana*. 4ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 296p.
- MARQUES, A. H. de Oliveira 1987. *Portugal Na Crise Dos Séculos XIV E XV*. In: COELHO, M. H. da C. & HOMEM, A. L. de C. (Coord.) *Nova História de Portugal*. Vol. IV; Lisboa: Editorial Presença. 655p.
- MARTINS, F. 1947. A configuração do litoral português no último quartel do século XIV – Apostila a um mapa. *Biblos*, XXII (I): 163-197.
- MATTOSO, J.; KRUS, L. & ANDRADE, A. 1989. *O Castelo e a Feira, a terra de Santa Maria nos séculos XI a XII*. Lisboa: Editorial Estampa. 249p.
- OLIVEIRA, P. M. de. 1967. *Ovar na Idade Média*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar. 259p.
- PINTO, S. M. C. 2008. *Caminha no século XVI, Estudo sócio-económico dos que ganham suas vidas sobre as agoas do mar*. Dissertação (Mestrado em Estudos Locais e Regionais) Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 163p.
- RAU, V. 1984. *Estudos sobre a história do sal português*. Lisboa: Editorial Presença. 359p.
- RELATÓRIO DO PROGRAMA DE ENGENHARIA OCEÂNICA E DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA NAVAL E OCEÂNICA DA UFRJ. Disponível:http://www.oceanica.ufrj.br/deno/prod_academic/relatorios/2008/Andre-Miguel/relat1/relatn.htm (Consultado: Junho, 2013).
- SAMPAIO, A. 1979. As Póvoas Marítimas. In: *Estudos Históricos e Económicos*. Vol. II, 2ª ed. Lisboa: Vega. 277p.
- SERRÃO, J. V. 1977. *História de Portugal*. Vol. I: *Estado Pátria E Nação (1080-1415)*. Lisboa: Editorial Verbo. 445p.
- SERRÃO, J. V. 1978. *História de Portugal*. Vol. II: *Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. Lisboa: Editorial Verbo. 373p.
- SILVA, F. R. da. 2008. A pesca e os pescadores na rede dos forais Manuelinos. In: *Quinhentos/Oitocentos (Ensaio de História)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 211-243.
- SILVA, M. J. V. M. da. 1991. *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro. 208p.
- SILVA, M. J. B. M. da. 1994. *Esgueira A Vida de Uma Aldeia do Século XV*. Redondo: Patrimonia. 344p.
- SOEIRO, T. & LOURIDO, F. C. 1999. *Fainas do Mar Vida e Trabalho no Litoral Norte*. Matosinhos: CRAT. 78p.

